

AMIZADE COM O MAR QUE DEVORA – MÚLTIPLAS LEITURAS SOBRE AGENCIAMENTO

**AMISTAD CON EL MAR QUE DEVORA – MÚLTIPLES LECTURAS SOBRE
AGENCIAMIENTOS**

**FRIENDSHIP WITH THE SEA THAT DEVOURS – MULTIPLE READINGS ON
AGENCY**

Enviado: 26/01/2023

Aceptado: 26/02/2024

Julia Naidin
Doutora em Filosofia pela UFRJ (Brasil).
Email: jnaidin@gmail.com

Nesse artigo, busco mostrar, a partir de minhas vivências na praia de Atafona (Rio de Janeiro -Brasil) e em meio aos escombros que resultam do complexo processo de erosão pelo qual esse território passa, que ainda há esperança para a vida em comunidade neste mundo e neste tempo que é o nosso. A perspectiva ecosófica elaborada no presente ensaio parte da mobilização teórica de diferentes pensadoras e pensadores contemporâneos. Entre os filósofos trabalhados, destaco a relevância de Michel Foucault e de Judith Butler em minha construção argumentativa, cujo objetivo é compreender a elaboração dos laços ético-políticos entre seres humanos e mais-que-humanos em Atafona. Finalmente, faz-se importante destacar que nesse ensaio, os seres mais-que-humanos são representados, sobretudo, pela figura ativa do mar.

Palabras clave: Atafona, mar, coexistência, agenciamento.

En este artículo busco mostrar, a partir de mis experiencias en la playa de Atafona (Rio de Janeiro - Brasil) y en medio de los escombros que resultan del complejo proceso de erosión que atraviesa este territorio, que aún hay esperanza para la vida comunitaria en este mundo y en este tiempo que es el nuestro. La perspectiva ecosófica elaborada en este ensayo se basa en la movilización teórica de diferentes pensadores contemporáneos. Entre los filósofos trabajados destaco la relevancia de Michel Foucault y Judith Butler en mi construcción argumentativa, cuyo objetivo es comprender la elaboración de vínculos ético-políticos entre seres humanos y más que humanos en la playa de Atafona. Finalmente, es importante resaltar que en este ensayo los seres más que humanos están representados, sobre todo, por la figura activa del mar.

Palavras-chave: Atafona, mar, coexistencia, agenciamentos.

In this article, I seek to show, based on my experiences on Atafona beach (Rio de Janeiro - Brazil) and amidst the rubble that results from the complex erosion process that this territory is going through, that there is still hope for community life in this world and in this time that is ours. The ecosophical perspective elaborated in this essay is based on the theoretical mobilization of different contemporary thinkers. Among the philosophers worked on, I highlight the relevance of Michel Foucault and Judith Butler in my argumentative construction, whose objective is to understand the elaboration of ethical-political ties between human and more-than-human beings in Atafona. Finally, it is important to highlight that in this essay, more-than-human beings are represented, above all, by the active figure of the sea.

KeyWords: Atafona, sea, coexistence, agencies.

1. Amizade com o mar que devora – múltiplas leituras sobre agenciamento

A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não-humanos e um arquivo de atividades humanas e não-humanas do passado.

Anna Tsing

69

Nos últimos anos, desenvolvo um trabalho de pesquisa acadêmica e produção artística em um território que vive uma crise ambiental de intensa erosão de sua costa, ao mesmo tempo que grande parte da comunidade dali, historicamente, vive da pesca e de sua cadeia produtiva. A partir da produção realizada desde 2017 na residência artística *CasaDuna, centro de arte, pesquisa e memória de Atafona*, apresento algumas reflexões sobre um contexto territorial muito específico, mas que, com suas peculiaridades históricas e contingências geográficas, ganha uma abrangência que informa sobre uma face do Brasil e de um *modus operandi* exploratório que insiste em se atualizar nas bordas do capitalismo, recriando modelos de zonas de sacrifício ao mesmo tempo que, em suas brechas e margens, criam-se agenciamentos e amizades improváveis.

De saída, temos a ideia de que o mar come as casas, corrói o solo, leva tudo, destrói ruas, quarteirões. O mar é um agente. Duas ilhas próximas, onde moravam mais de 300 famílias, foram desabitadas e a população migrou, nas últimas décadas, para a área da costa de Atafona, que também vem sendo comida pelo mar. Casarões de veraneio das elites econômicas das cidades vizinhas, 15 quarteirões já foram para debaixo d'água, com igrejas, clubes, bares, imóveis que iam convivendo com o processo erosivo até seu total desaparecimento. A metáfora desse mar que come é muito concreta, pois a erosão produz uma visualidade que cria a imagem de algo que foi roído, corroído. Ela é justamente o efeito do mar roendo o solo e destruindo assim as construções que nele se fizeram. Depois que ele come, ele expela, traz de volta fragmentos, produz desequilíbrios nas construções, escombros. Ele deglute. Essa cena diz respeito a uma realidade muito concreta e auto evidente, mas que ainda é, por incrível que pareça, *difícil de engolir* em muitas searas e contextos do debate sobre

desenvolvimento, cultura, comunidade e, em nosso campo de atuação, sobre arte e filosofia.



Imagem 1.. Foto de Fernando Codeço.

A erosão é um fenômeno natural em planícies e em áreas costeiras, como é o caso de Atafona. Ao mesmo tempo, o principal rio de região, o Paraíba do Sul, que passa pelos estados mais industriais do Sudeste até desembocar no delta desta praia, nos últimos 50 anos, foi sistematicamente desviado e teve sua mata ciliar assolada para abastecer as demandas de desenvolvimento industriais e agrários dos grandes centros urbanos, já tendo perdido 70% do seu volume original. Fator que, hoje sabemos, teve consequências determinantes para esse delta que, hoje, ainda dá indícios do quão exuberante já foi. Como compreender a decisão de desviar 2/3 de um rio a ponto de depauperado? Em nome da implementação de um modelo de desenvolvimento definido pelos sistemas globais de produção dos centros mundiais do poder, chega-se a um consenso político e legal de deteriorar determinadas regiões inteiras em detrimento de outras. Citando o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018): “História, geografia, cartografia e arqueologia supostamente apoiam essas reivindicações, relacionando estreitamente identidade e topografia” (p.42). Seguindo esse raciocínio, analisamos alguns pontos dessa história para tentar questionar nossos

próprios modos de vida e compreender diferentes maneiras de fazer agência em contexto instável.

A história do colonialismo e do extrativismo no território exemplificam como algumas regiões (e populações) vivem com excessos apenas e graças aos custos ambientais arcados por outras. Um modelo de dependência que se evidencia nas atuais relações entre sociedade e natureza: mineração, extração de petróleo, produção agrícola e industrial destrutivas para o meio ambiente, que destroem também os modos de vida e modelos econômicos alternativos existentes no Sul global¹.

Para me dedicar ao trabalho em Atafona, me afastei da vida que levava na capital do Rio de Janeiro e de um trabalho com a filosofia ainda restrito a textos, salas de aula e compromissos da pós-graduação, e me mudei para esta praia a 360 km de distância, onde moram 7.000 pessoas, junto com meu companheiro, artista plástico e pesquisador Fernando Codeço. A família dele tem origem na região, o que lhe permitiu um acompanhamento do processo erosivo nas últimas décadas e uma familiaridade com o território. Nosso objetivo era iniciar um projeto de pesquisa interdisciplinar a partir dos campos da arte e da filosofia que levasse em conta o contexto ambiental e também a importância de um trabalho com memória neste território que possui uma importância na história do Brasil e vive franco processo de desaparecimento.

O processo da erosão em Atafona é complexo: ele é ao mesmo tempo geológico, pois o fenômeno se refere ao mar comendo o solo; político: a erosão é intensificada como o resultado de uma série de decisões políticas; antropológico, uma vez que junto com o território pessoas, comunidades e modos de vida se perdem; ecológico, pois existe todo um ecossistema que é impactado; e estético, pois o fenômeno do mar comendo as construções cria imagens nas areias que são verdadeiras esculturas com

¹ Esse “Sul” não é simplesmente geográfico como também epistêmico. Ele é constituído em diferentes lugares e por diferentes epistêmes, tendo em comum o fato de serem conhecimentos criados na luta contra o capitalismo, colonialismo e o patriarcado, e a partir de grupos oprimidos por estes sistemas, apresentando suas próprias questões em seus próprios termos.

as ruínas em um raro equilíbrio entre o civilizacional e o ambiental, redimensionando as relações entre natureza e cultura.

Desenvolvemos uma metodologia de pesquisa investigando as possibilidades da arte ambiental enquanto um projeto coletivo atuando no contrafluxo dos campos de visibilidade e de produção de sentido, propondo novas rotas e territórios para a arte e para a pesquisa acadêmica – uma proposta geo-situada e interdisciplinar, aberta, que funciona como uma residência artística, mas também um laboratório de pesquisa estética e ação sociocultural no qual as linguagens e os campos são apresentados em função do contexto territorial.

Algumas questões movem as propostas da CasaDuna: como ressignificar imagens distópicas, imaginários catastróficos? Como construir em um lugar de constante destruição, como viver entre escombros? Principalmente, como fazer para que nossas práticas não simplesmente reproduzam ou se acomodem na estrutura brutalizante que transforma biomas e comunidades em fatias de mercado a serem exploradas? Em tempos de Capitaloceno, em que as distopias proliferam perante nossos olhos, substituindo os antigos, os novos, e os pós-humanismos, somos levados a colocar também novas questões, como, por exemplo, qual o lugar do museu em um mundo em ruínas?

*

O antropólogo Alfred Gell propôs, em seu livro *Art and Agency – An Anthropological Theory* (1998), uma teoria da antropologia da arte que transforma a própria noção de obra de arte, pois implica justamente na ideia de que a arte não é um atributo dos objetos. Estes, não se definem como tal por suas características intrínsecas, só o são em um contexto relacional. Deslocados daquele contexto, podem deixar de sê-lo ou ainda ganhar nova relacionalidade artística diferente da anterior (quando, por exemplo, objetos artísticos indígenas são expostos em museus na Europa). Esse movimento desloca o foco da análise de uma teoria que se preocupa com a pertinência estética das obras, para uma teoria que incorpora essa estética num campo relacional complexo, determinado por fatores históricos, econômicos, culturais e subjetivos. Distancia-se, assim, da estética utilizada pela crítica de arte institucional que, mesmo informada pela filosofia pós-estruturalista, muitas vezes

permanece como uma das visões estéticas (ou semióticas) possíveis de serem utilizadas para análise das obras – neste caso, uma crítica estética moldada pelo recorte previamente dado pelo mundo institucional da arte (aliada ao capital), incapaz de transformar a própria instituição.

A partir de autores como Foucault, entendemos que o poder não apenas reprime, mas sobretudo produz a subjetividade. O sujeito é entendido como resultante dos efeitos de poder que lhe foram investidos ao longo de sua existência. É essa condição de efeito do poder que lhe fornece ao mesmo tempo diferentes condições e níveis de rupturas com determinados estratos dessa grande rede de atravessamentos estruturantes, que são, ao mesmo tempo, simbólicos e concretos. Nesse sentido, para exercer certo grau de liberdade em se constituir, devemos realizar uma espécie de retorno a si, um olhar crítico sobre si e sobre as próprias possibilidades de ruptura, que sempre devem ser recolocadas em função de cada contexto.

Cabe aqui trazer a filósofa Judith Butler, que fala do sujeito como um lugar de ressignificação possível a partir de um modo de relação consigo que ela chama de “relato crítico de si”. Dizer que há certa determinação normativa na constituição de si não significa dizer que o sujeito se restringe e se reduz a essa normatividade. Ela fala de um modo de relatar a si mesmo como possibilidade de resistência à submissão da subjetividade, dentro do que chamamos aqui amplamente de “modo de vida imperial” (Brand, 2021). Esse processo funciona, por um lado, subvertendo e ressignificando na fala, no corpo e nas relações cotidianas com práticas opressivas. Por outro, vivendo a identidade como efeito de atos performativos, como atos de significação.

Nós somos ensinados a pensar sobre ambiente em recortes, espaços recortados, dicotômicos, o corpo como uma unidade separada do ambiente, a casa como separada da rua, a cidade separada do país, o país separado do planeta. O neomaterialismo contemporâneo radicaliza o questionamento dessas estruturas do pensamento colonial, que organiza também a filosofia e a epistemologia a partir das dualidades como mente/corpo, natureza/cultura, matéria/discurso, etc., afirmando a co-implicação dessas dimensões na formação das alterações concretas que efetivamos sobre o real.

Pelas teorias físicas de Niels Bohr², temos que ao modificarmos os aparatos de observação usados para pesquisar um objeto, transformamos simultaneamente a natureza do fenômeno observado. Isso significa que a ideia de que existe um objeto ontologicamente separado dos mecanismos empregados para observá-lo é um falso referente inicial. No caso, ele estava falando da natureza física dos átomos, as menores partículas observáveis pela luz. Mas esta ideia nos remete a uma outra forma de compreender os fenômenos em nosso cotidiano. A realidade que observamos não se constitui de objetos independentes, com contornos e qualidades previamente delimitadas, mas sim num agenciamento múltiplo e constante no qual o aparato de observação altera a natureza do que é observado. A partir desta concepção de realidade, a filósofa e física Karen Barad (2003) traz a ideia de *phenomenon* para se referir a uma “inseparabilidade ontológica de componentes intra-ativos agenciais” (p. 815) contínuos entre humanos e não-humanos. Isto é, o mundo se realiza por múltiplos cruzamentos entre corpos humanos e não-humanos que se constituem e se transformam em função das funcionalidades que se criam, inter-relacionalmente, em um processo que é, igualmente, material e discursivo. O significado da realidade é compreendido em função dos múltiplos agenciamentos intra-ativos de cada situação observada. Barad (2017) muda o foco da epistemologia representacionista de uma ótica geométrica das relações entre os corpos para uma ótica física: “méritos de difração ao invés de reflexão” (p.9), borrando as fronteiras que supomos nas dicotomias entre o social e o científico e redimensionando a ideia de agenciamento.

Retomamos as ideias iniciais sobre o modo como as pessoas diretamente afetadas pela erosão no território significam e se relacionam com a dinâmica erosiva: o mar come a casa e isso agencia percepções ambientais e orientações de comportamento individuais e comunitárias. Mais do que “o mar está comendo”, escutamos de antigos pescadores que o mar está pegando o que é dele de volta, porque, antes, a região era mar. Essa planície se forma por sedimentos do rio, o Paraíba do Sul que, atualmente, fechou sua principal foz devido ao enfraquecimento de seu fluxo, pela exploração irresponsável.

² Físico dinamarquês (1885-1962) em uma análise da estrutura atômica pela física quântica.

É interessante que a filosofia-física de Barad indica, mesmo a partir do que se supõe como ciência dura usada para *interferir na natureza* para calcular essa interferência, que é o olhar e a maquinaria de observação que estabelece as repartições entre os limites dos objetos estudados, e não uma verdade interna ao objeto. Por exemplo, qual o ponto onde uma semente deixa de ser semente e se torna planta? Essa resposta é dada a partir de um recorte cartesiano quando, na verdade, o agenciamento com fatores externos pode ser muito mais determinante para a compreensão da questão que buscamos. Dizer que o agenciamento humano e não-humano no mundo é anterior e constituinte de nossos aparatos de medição, significa dizer que as práticas discursivas não são detentoras exclusivas dos efeitos da agência e da historicidade. O que também diz respeito a toda nossa sobrevivência: como indivíduos, como espécie, como ambiente, é interessante também compreendermos o real a partir dos fenômenos que se criam nas relações de transformação ambiental, radicalizando os significados dos contornos de nossos corpos e de nossa intra-dependência.

Atafona, ainda que seja uma situação especialmente intensa, não é um caso isolado. Atualmente o avanço da erosão é identificado em mais de 70% da costa brasileira, ameaçando a subsistência de milhares de pessoas e também dos animais marinhos que possuem os mais importantes ecossistemas nessa faixa sensível e onde começam 90% do ciclo da vida. Trazemos más notícias, evidentemente. Mas é importante pontuar que nossa intenção nesse território não é fazer premonições (ou atestações) da catástrofe. Longe disso, buscamos compreender como esse tipo de agenciamento entre o mar, o rio e a vida comunitária, que aqui persiste em condições deveras impressionantes, evoca novas produções de sentido e de práticas epistemológicas e habitacionais – distintas de uma concepção desenvolvimentista. Vemos existências (humanas e não-humanas) que insistem em territórios e modos de vida ao mesmo tempo em que, e talvez justamente por isso, resistem ao imaginário moderno colonial, de uma crença na qual os ideais de ordem e progresso chegam igualmente distribuídos como melhoras no bem viver comunitário.

Barad indica uma via bidirecional que une epistemologia e ontologia, à qual poderíamos adicionar, no presente contexto de imaginação, as metodologias de pesquisa e de produção de arte. Essa questão: questionar as metodologias da pesquisa

tradicionais para, assim, poder afirmar epistemologias outras, se reflete em muitos impasses ou embates nas práticas acadêmicas e artísticas enraizadas no Brasil, mas também para além dele.

Compreender as dinâmicas de adaptação em relação às habitações em territórios vulneráveis exige um tipo de compreensão da situação que perceba a dimensão inter-relacional da relação que se estabelece nas dinâmicas da erosão. Percebemos que, muitas vezes, nas medidas de políticas públicas, falta uma compreensão mais profunda da situação dos moradores, o tipo de necessidade, as motivações, as agências em jogo nas relações ambientais. Isto cria dificuldades para ambos os lados, ao invés de funcionar como mitigadores reais dos problemas em curso. Vemos que muitos moradores, ainda que já tenham perdido casas, têm profundo amor e respeito pelo mar, desejando continuar a viver em regiões consideradas pelo poder público como “vulneráveis”. Talvez devêssemos considerar que, realmente, seja melhor para um pescador viver perto da erosão, com toda a dificuldade e tristeza que isso pode trazer, mas mantendo uma relação de escuta e agenciamento com o mar, do que ser simplesmente realocado para uma nova moradia em uma periferia urbana, distante de seu ganha-pão e de suas possibilidades de agência comunitária e cosmológica. Distante do modo como ele produz seu sentido, sua comunidade e seu alimento. O mar é o que tira, mas ele também é o que dá, no ambiente, o construto de um modo de vida que mantém traços ancestrais na região.

A escolha por esse modo de vida é o elemento essencial dessa insistência e ela é afirmada no dia a dia. Estando presente em toda a interação complexa entre uma atitude existencial e as mudanças ambientais. É o desejo por ser e viver de uma maneira que a pessoa escolhe para si, a partir das próprias motivações e possibilidades de agência. Como, por exemplo, nesta criação, ao mesmo tempo, calculada e improvisada de refreamento da erosão, realizada pelo pescador Fernando. Este é um exemplo de dinâmicas que se criam de modo instável e constantemente se reorganizando a partir dos próprios elementos que a erosão expele.

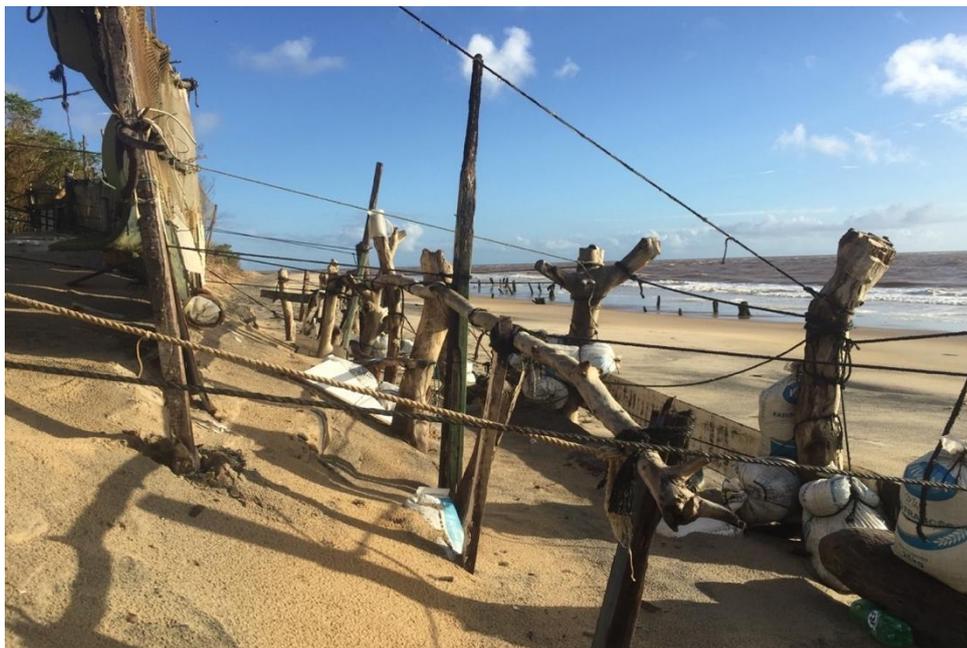


Imagem 2. Foto de Fernando Codeço.

Assim como neste caso, existem outras experiências que se produzem nesses lugares limítrofes entre o chão e o mar, entre o solo firme e o movediço. Relações de sobrevivência, insistência e inventividade, em tensão e diálogo, feitas sempre individualmente e contando com agências entre pessoas, com restos de construções, com o mar e seus humores. Nos últimos anos, realizamos pela CasaDuna diversas ações com a comunidade local. Ao nos propormos a articular redes colaborativas de produção de cultura e de narrativa regional através de parcerias com agentes comunitários, artistas e pesquisadores locais e de outros territórios, identificamos que existe toda uma rede que compactua com nossas preocupações. Assim como, vêm se multiplicando, nos últimos anos, a produção das zonas de sacrifício que desconsideram as realidades das comunidades que vivem nessas zonas e a partir delas.

Gilles Lipovetsky, em seu livro *A estetização do mundo* (2019), fala de (um ideal estético) radical de uma transformação semântica, que entenda riqueza como (r)existência e disponibilidade para o inesperado (p.23), “o luxo da lentidão e da contemplação na emoção do momento, o instante vivenciado, a fruição das belezas ao alcance da mão”. É muito apropriada essa transformação semântica que ele propõe e esse é o valor que prevalece em Atafona. O autor fala no sentido de acolher essa

dimensão do gozo da vida, que todos os corpos teriam o direito de se dedicar. Lamentavelmente, essa reivindicação soa quase como uma afronta ao capitalismo brasileiro colonial patriarcal, como ao exemplo do já mencionado modo de vida imperial que imprime, nas margens do capital, uma vida como culpabilização e exploração máxima do corpo, como dívida do tempo, como perda de variação existencial. Falar sobre isso, em nosso contexto brasileiro, exige que entendamos que os corpos que foram submetidos ao *cistema* colonial de escravização, exploração e destruição, tem como direito (ancestralmente negado) a reivindicação soberana de uma vida entendida como prazer, exuberância e plenitude, para além da realidade ainda perpetrada de luta e de sobrevivência nas jornadas mais exaustivas de trabalho – situação que se intensificou ainda mais com a pandemia da Covid. Que essas pessoas, que habitam margens e ainda são capazes de agenciar com o ambiente em meio a destruição nele impelida, tenham ainda que ser removidas de seu ecossistema, é a afirmação da incapacidade política de escuta das demandas locais e de uma análise social que exclui o ambiente em sua cadeia de agência humana e não-humana.

Como diz Boaventura dos Santos em seu livro sobre as epistemologias do Sul (2019), a independência das colônias europeias não significou o fim do colonialismo, mas sim uma alteração que mantém e atualiza a lógica extrativista. Outros tipos de colonialismo como colonialismo interno, extrativismo, imperialismo, racismo, xenofobia, etc. Fato é que estas estruturas têm consequências materiais e que ressignificar os saberes que vêm sendo silenciados e marginalizados há séculos, requer também novas práticas de pesquisa sociológica, o que ele chama de “sociologia das ausências” e que aqui podemos buscar, ao invés de tentar narrar alguma verdade escondida, compreender como os agenciamentos fortalecedores em cada situação específica. Nesse sentido, nós, enquanto residência artística e agentes no campo cultural com o trabalho da CasaDuna, nos colocamos para desenvolver projetos e metodologias de produção, numa proposta que visa criar práticas artísticas que tenham como norteadores ideias como natureza, território e cosmologias em um trabalho contextual. Diferentemente de um trabalho dialógico na matriz sujeito/objeto, uma proposta que se cria junto e em função de um contexto, a partir das próprias demandas territoriais e com suas (im)possibilidades circunstanciais. Mas

também, para isso, é necessário, de saída, uma posição crítica em relação a si mesmo enquanto performando o lugar de pesquisador/produtor/artista/ativista.

A ideia que trouxemos de Butler (2015) de relatar a si mesmo fala também deste tipo de atitude. No intuito de não simplesmente reproduzir uma verdade feita dentro de uma estrutura de dominação, se cria um movimento de questionar o próprio lugar de maneira crítica e infinita, a partir de percepções que se evidenciam nas relações de agenciamento e de interdependência entre os corpos vivos, humanos e não-humanos. Nas palavras da filósofa, relatar a si mesmo seria o gesto de efetuar a “ocasião linguística e social para a autotransformação” (p.167) na medida em que performatiza, em um contexto político, novas formas de pensar sobre os limites das classificações cartesianas nos moldes de opressão.

Foucault retoma a filosofia cínica com o caso exemplar de Diógenes, “o cão”, para quem a filosofia *se fazia* sem escrita, sem hierarquias ou luxos e com o corpo na rua – filosofia feita por mulheres, por mendigos, por iletrados e com os animais, o que escandalizava a cidade. Não se tratava, portanto, apenas da problemática do corpo, mas de sua relação inseparável com o meio que o circunda, com as leis da natureza e, em última instância, com o próprio cosmos. A concepção ambiental do cinismo antigo é cosmopolita. Diógenes considera apenas as leis do cosmos e não as da sociedade, e por isto que ele se diz um cidadão do mundo. Esta comunhão com o ambiente é uma comunhão com o cosmos e ela não ocorre por uma ligação espiritual ou ritualística, trata-se, pelo contrário, de uma experiência mundana que desestabiliza as relações entre natureza e cultura. É na relação entre o corpo e o ambiente que surge o sentido da filosofia cínica enquanto uma manifestação escandalosa da verdade.

Nesse contexto, interessa trazer o cinismo para a possibilidade de pensá-lo não como uma forma filosófica particular, mas sim, uma prática filosófica que se constitui no agenciamento do cínico com seu mundo real (em oposição à filosofia metafísica da época). Para Foucault, na história da modernidade, é por meio da arte, principalmente, que o cinismo ganha corpo enquanto prática existencial e estética de contestação nas diferentes esferas de poder. Foucault aponta como, nas vanguardas históricas do final do século XIX e início do século XX até hoje, existe um campo de produção de uma arte de contestação cultural no ocidente que sempre se produziu e

recriou com estratégias de desvio, de desobediência e de estranhamento radical aos dispositivos de poder que atuam como forma de massificação e opressão das subjetividades – especialmente em contextos como o brasileiro, ainda imersos na necrófila praga da ideologia colonial que a classe economicamente dominante insiste em perpetrar. O apagamento do passado colonial traumático é uma das estratégias de perpetuação das marcas que ele deixa na contínua precarização das vidas e aprofundamento das desigualdades, assim como a invisibilização das lutas e resistências que persistem, nas beiras das praias, nas fendas, frestas e margens da história.

Descobri recentemente essa situação perturbadora da praia de Manguinhos, na cidade de São Francisco do Itabapoana, vizinha da cidade de São João da Barra, onde hoje habito, no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, território esse que convive com uma crise ambiental ativada pela ação humana há mais de cinquenta anos.

A praia, também conhecida como “porto de Manguinhos”, foi um importante local de desembarque clandestino durante o terror da escravidão (inclusive depois de proibido o tráfico pelas Leis Euzébio de Queiroz (1850) e Nabuco de Araújo (1854)), sendo responsável por todo o tráfico com as cidades vizinhas. Quando os navios negreiros chegavam com muitos corpos que não tinham aguentado a longa travessia, lá eram enterrados. Com a erosão marítima e a força das ressacas, muitas dessas ossadas, de tempos em tempos aparecem nas areias, despertando atenção e assombro com a história da região. Há décadas, desde os anos 70, em função de marés intensas, esses ossos eventualmente emergem, mostram a face de um crime, de uma história não honrada, de tantas vidas destruídas. Em 1997, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu o local como um antigo Cemitério de Escravos. Nos registros do órgão consta o nome do sítio arqueológico como “Cemitério de Manguinhos”.

Imagens de uma ressaca na praia em 2009:



Imagem 3. Foto do jornal Terceira Via, publicada em 27/11/2019

Fiquei sabendo dessa história em sala de aula de um curso sobre *Museus e Patrimônios Culturais*, quando uma aluna, nascida em São Francisco, narrou, sobre o impacto que essa situação da emergência das ossadas trouxe em sua forma de se sensibilizar com a história do território. Ela comentou que a primeira vez que ela entendeu do que aquilo se tratava foi quando viu pesquisadores da universidade chegando lá para levar as ossadas que a ressaca trouxe e ela foi assuntar. A erosão destrói mundos e ao mesmo tempo vai trazendo camadas de histórias soterradas e silenciadas da fundação colonial do país – a erosão trazendo o retorno do recalçado. A aluna que me contou essa história é uma adulta, professora de física, e não mora mais na praia, mas disse que levava um ossinho com ela para lembrar do lugar de onde veio. Hoje, na região, sei que existem importantes quilombos como a Comunidade Quilombola de Barrinha e o Quilombo de Deserto Feliz.

Quando olhamos artistas como Jota Mombaça falando coisas como “o mundo é o meu trauma” (2021) e acompanhamos os dados de racismo, transfobia, chacinas em aldeias e favelas, ataques a quilombos e a políticos representantes destas comunidades, fica evidente a importância de olhar para esse passado traumático, como uma espécie de relato de si visando agenciar novas práticas que consigam romper com esse ciclo de perpetuação. E não há metodologia pronta para isso. É uma atividade de vida singular

e aberta para escuta e transformação. A erosão é entendida assim como uma força de agência que faz emergir nosso trauma coletivo e nosso falso controle sobre o que nos ultrapassa, reconfigura as assinalações de nossas histórias, destrói os planos de desenvolvimento de uma cidade, promovendo, cinicamente, uma manifestação escandalosa da verdade.

Bibliografia

Barad, K. (2017). “Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria”. Trad. Thereza Rocha. *Revista Vazantes*, v. 01, n.01.

Barad, K. (2003). “Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter”. *Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 3, pp.801-831.

Brand, U. (2021). *Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global*. São Paulo: Elefante.

Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Foucault, M. (2009). *Le Courage de la a Vérité: le gouvernement de soi et des autres II*. Paris: Gallimard; Seuil, 2009.

Gell, A. (1998). *Art and Agency – An Anthropological Theory*. New York: Clarendon Press.

Lipovetsky, G. (2013). *A estetização do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Mombaça, J. (2021). *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1, 2018.

Ossadas que podem ser de pessoas escravizadas são encontradas em praia de SFI. *Terceira Via*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2019.

Santos, B.S. (2019). *O Fim do império cognitivo: afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica.

JULIA NAIDIN

Faz Pós-Doutorado no Programa de Políticas Sociais na UENF- Campos dos Goytacazes - Edital Agenda 2030 Eventos Climáticos Extremos (2021-). É curadora, co-fundadora e produtora da residência artística "CasaDuna - centro de arte, pesquisa e memória de Atafona" desde 2017, em São João da Barra. Participa do grupo de pesquisa cênica Grupo Erosão. Editou o número "Marcações e Mobilizações em tempos de Biopoder", da revista do *Collège International de Philosophie*. É doutora em Filosofia pela UFRJ| Brasil (2012-2016) com bolsa PDSE na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Orientador: Philippe Artières) Paris (2013-2014), e Mestra pelo mesmo programa (2010-2012), apresentando pesquisas sobre a filosofia ética, estética e política na obra de Michel Foucault. Atuou como professora de filosofia no coletivo LGBT PreparaNem (2015-2017). "Vida outra: personagens infames da obra de Foucault" (2021) é seu livro publicado pela Apeku editora, a partir de sua tese de Doutorado defendida em 2016.